

DA DESCOLONIZAÇÃO

Do protonacionalismo ao pós-colonialismo

De Pedro Pezarat Correia

Texto da apresentação da obra no Salão Nobre do Quartel de Santo Ovídio, no Porto, em 16-03-2018

As guerras que decorreram em Angola, Guiné e Moçambique, entre 1961 e 1974, às quais, por força da revolta militar de 25 de Abril, se seguiu um complexo processo de descolonização, constituem um tema excepcionalmente marcante da nossa história recente e ocupação, para todo o sempre, um lugar destacado no conjunto dos nove séculos de Portugal.

Tendo a guerra mobilizado perto de um milhão de soldados metropolitanos, encontram-se ainda vivos muitos milhares de antigos combatentes e de outros portugueses que, em África ou na Metrópole, viveram ou acompanharam as vicissitudes do Fim do Império.

Não é possível iludir que toda esta sucessão de acontecimentos foi vivida e recordada de formas muito distintas, entrecruzando-se com a luta política gerada pela revolução que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. A forma apaixonada de encarar os desenvolvimentos da História prejudica, naturalmente, o conhecimento da mesma, e, se é certo que não é fácil convencer quem não quer ser convencido, a pesquisa e a exposição da verdade continua e continuará a ser a missão principal do historiador.

É uma feliz coincidência que a apresentação da obra do major-general Pedro Pezarat Correia, com o título **...da descolonização – Do protonacionalismo ao pós-colonialismo**, tenha lugar neste local emblemático da nossa cidade, tão intimamente ligado ao primeiro movimento militar, de inspiração liberal, que a nossa História regista. Nesse já longínquo 24 de Agosto de 1820, a partir deste Campo de Santo Ovídio, os Portugueses lograram sacudir o jugo colonial da presença britânica e forçar o regresso da Corte ao Portugal europeu. Não se tratou de uma concessão. Tal como em 1640 e 1139, a luta pela independência teve de ser conquistada e longamente defendida pelos que estavam, ainda que transitoriamente, na posição de dominados.

Quanto à extensa obra que tenho a honra de apresentar ao público do Porto, trata-se, basicamente, do texto que o autor apresentou como tese de doutoramento, acrescida de alguns capítulos que considerou “mais polémicos e controversos” e que, não se acomodando bem a uma tese académica, fazem todo o sentido numa obra de divulgação geral.

Sendo o general Pezarat Correia um destacado professor de geoestratégia e de geopolítica, dominando de forma superior as transições da política para a guerra e tendo a experiência vivida dos derradeiros anos da presença portuguesa em terras ultramarinas, é justo reconhecer que é detentor de um conjunto de conhecimentos e competências invulgares para meter ombros à importante tarefa de nos legar o mais completo registo histórico sobre o complexo processo de descolonização em que Portugal se envolveu após o 25 de Abril.

Todas estas qualificações foram optimizadas pela sua presença em Angola nos primórdios da descolonização e por um interesse, de décadas, que o levaram a um estudo profundo e ricamente documentado dos múltiplos aspectos políticos e militares que envolveram a participação portuguesa na descolonização.

Poderia, nesta ocasião, dar um merecido ênfase à circunstância de o autor se ter doutorado com a bonita idade de 85 anos. Para o contexto desta apresentação, esse aspecto merece-me, todavia, outro tipo de comentário. Não há que negar que se trata de um coroamento glorioso de muito trabalho e devoção, mas o que importa sublinhar é que estamos perante um autor onde, sobre esta matéria específica, devemos realçar a sua invulgar, consistente e acumulada SABEDORIA.

A obra encontra-se estruturada em Duas Partes: na primeira, o autor introduz, com grande erudição, o tema da colonização e da descolonização, primeiro em termos gerais e, depois, em progressiva aproximação à problemática colonial portuguesa, sobretudo àquela terceira vaga decorrente da segunda Revolução Industrial e da partilha da África congeminada após a Conferência de Berlim de 1885. Bastaria reconhecer que as fronteiras das colónias africanas de Portugal haviam sido obtidas num contexto de uma ampla manobra internacional para perceber que seria um erro descolar de outra manobra internacional que remasse em sentido contrário, como iria suceder, após o final da 2.^a Guerra Mundial, num cenário dominado pelos valores da Carta das Nações Unidas.

A segunda Parte é dedicada ao caso especial de Angola – guerra, descolonização, guerra civil, conflito regional e confrontação Leste-Oeste.

A visão colonial do Estado Novo – dogmática, imposta como verdade única e sem debate contraditório – fez-nos chegar a Abril de 1974 com uma lacuna de conhecimentos sobre a questão colonial que ainda hoje sobrevive no nosso seio. O livro do general Pezarat Correia, além da documentada descrição histórica, é, igualmente, um precioso trabalho de argumentação, capaz de desafiar a nossa acomodada memória.

Por conseguinte, no plano dos conceitos, vale a pena destacar alguns ensinamentos que o autor muito bem explana no seu texto. E um deles é, sem dúvida, a diferença que estabelece entre descolonização e transferência do poder. Esta última é, apenas, a derradeira fase da descolonização. Por outro lado, sublinha que a descolonização se inicia, por norma, com a própria colonização, isto é, com as diversas formas de resistência que o colonizado opõe ao colonizador. A guerra de tipo colonial é já parte da descolonização. Deste modo, a descolonização portuguesa incluiu uma guerra prolongada, no termo da qual já era muito difícil fazer algo mais do que a transferência do poder.

“O ex-colonizador – afirma o autor – tem dificuldade em despojar-se do ancestral e etnocêntrico complexo de superioridade, que herda da relação colonial, tendendo a equacionar toda a sua reflexão sobre a descolonização colocando-se no centro do processo, como se a sua marcha tivesse dependido exclusivamente da sua vontade e dos seus interesses. É o que está na base do discurso da “descolonização que nós fizemos”, ignorando que, neste contexto, o

protagonista é o colonizado, que participa na globalidade do processo e o conduz e não o colonizador, que nele entra tardiamente, depois de o ter contrariado e quando já não lhe restava alternativa.” (pp. 67/68)

A resistência à colonização portuguesa não começou em 1961, tinha séculos. Mas, mesmo relativamente à resistência que iria desembocar na luta armada, ela é objecto de crescente repressão nos anos da década de 1950. O autor dá-nos, também, um relato exaustivo e documentado das diligências dos movimentos de libertação no sentido de conduzir o governo português a aceitar negociações que evitassem o início da luta armada, a que Lisboa respondeu sempre com negativas e mais repressão. Recorda-nos, ainda, a posição contemporânea, em matéria de política colonial, de grande parte dos oposicionistas ao regime do Estado Novo, a qual se caracterizou, inicialmente, por intervenções hesitantes e ambíguas, herdeiras do acrisolado colonialismo da 1.ª República.

O desenvolvimento histórico do período das guerras (1961-1974) é das partes mais interessantes da obra e fornece elementos de elevado interesse nos planos político e estratégico. Iniciadas em pleno conflito Leste-Oeste, as que se travaram em Angola e em Moçambique não tardaram a caracterizar-se, também, pela sua inclusão no conflito regional da África Austral. Aí, as lideranças dos regimes de minoria branca da África do Sul e da Rodésia do Sul (hoje Zimbabwe) não hesitaram em envolver-se directamente nas operações militares em Angola e em Moçambique e na criação de uma verdadeira aliança com o regime de Lisboa.

O colapso do Estado Novo, em Abril de 1974, ao repor as liberdades próprias de um regime democrático, acarretava consequências imediatas no tocante ao problema colonial. As Forças Armadas tinham, ao longo de mais de 13 anos, concedido ao poder político esse bem precioso a que chamamos TEMPO. Ao fazer-se a ruptura, havia que evitar, perante os movimentos que nos guerreavam, quaisquer equívocos que conduzissem ao consumo de ainda mais TEMPO. O autor narra-nos, com rigor e objectividade, o impasse imediatamente gerado por o general Spínola pretender aplicar as medidas que preconizara no seu livro *Portugal e o Futuro*, apesar da firme recusa dos movimentos que nos combatiam. Nessa espécie de último estertor do sonho imperial se consumiram 93 longos dias de indefinição, geradores de desconfiança em África e de divisão na Metrópole. Quando, finalmente, em 27 de Julho de 1974, é aprovada a Lei 7/74, reconhecendo o direito das colónias à independência – condição que os movimentos exigiram como indispensável para formalizar o cessar-fogo –, o desgaste emocional nas fileiras fora enorme e o aparelho militar vira degradar-se, inutilmente, os seus níveis de confiança e de disciplina. No seio das populações de origem europeia, cuja ligação afectiva com as tropas metropolitanas perdera muito do calor dos primeiros tempos, a insegurança, o medo e o desespero iriam acrescentar mais problemas que urgia resolver.

Ainda na Segunda Parte da obra, o autor aprofunda o caso específico da guerra e da descolonização de Angola, que designa como “estudo de caso”. Na verdade, a problemática angolana constitui um caso de contornos únicos, porque, num conflito de tipo colonial, conseguiu conter diversos condimentos que, por norma, lhe são estranhos. De facto, entre 1961 e 1974, ocorreram em Angola os seguintes conflitos:

- Uma guerra de libertação, que opôs cada um dos movimentos – FNLA, MPLA e UNITA – às forças militares portuguesas;
- Uma guerra civil, com duas vertentes: a que decorria de uma vasta mobilização de soldados angolanos para as Forças Armadas portuguesas e forças auxiliares; e a que resultava da patente animosidade entre os três movimentos, levando-os a combaterem entre si.
- Esta segunda guerra civil era, em boa parte, alimentada do exterior, não só devido à cobiça que as riquezas de Angola despertavam no âmbito do conflito Leste-Oeste, mas também como instrumento de um plano de segurança regional decorrente dos interesses dos vizinhos, África do Sul e Rodésia, em fazerem sobreviver os seus regimes de minoria branca.

A resolução de toda esta problemática situação, designadamente as últimas semanas da soberania portuguesa em Angola, é-nos descrita minuciosamente, com enorme riqueza documental e recorrendo a fontes nacionais e internacionais. O autor privilegia, naturalmente, as intervenções que, sobretudo a partir de 1974, tiveram neste longo processo as diversas agências das Nações Unidas. A descolonização de Angola tinha tantas variáveis e implicações que bem se poderia dizer que, em circunstâncias iguais, mesmo com um regime democrático estabilizado na Metrópole, já seria de difícil execução. Quanto mais tendo uma revolução em curso na Metrópole, com reflexos negativos tanto no plano político como na geração do potencial de combate de que carecíamos em África!

Mas nem todos pensaram assim.

Por razões políticas conjunturais – nomeadamente a necessidade de captar votos entre os colonos retornados do Ultramar –, houve quem não hesitasse em condenar o processo de descolonização, vislumbrando, nas suas dificuldades mais evidentes, facilidades inabilmente desperdiçadas. Exemplo desta postura é a que encontramos no depoimento do Prof. Diogo Freitas do Amaral ao semanário *Tempo*, em 13 de Novembro de 1975, dois dias apenas após a data da independência de Angola:

«Nos seus efeitos, a descolonização de Angola produziu a guerra, em vez da paz; a internacionalização da luta política, em vez da independência nacional... [...] E, todavia, **as coisas estavam facilitadas**, no caso de Angola, pela existência de três movimentos e não apenas de um, pela celebração da plataforma do Alvor, pela via eleitoral prevista para a elaboração da Constituição Angolana...»

Esta surpreendente visão do problema angolano ajuda a compreender as críticas que o seu autor dirigiu, na mesma época, ao comportamento das Forças Armadas. De facto, com tantas «facilidades», só um estrondoso falhanço das Forças Armadas conseguiria explicar a ausência de um categórico triunfo.

Como seria de esperar, a obra assinala a participação de algumas figuras de primeiro-plano em todo o processo de descolonização: Mário Soares e Almeida Santos entre os civis e Melo Antunes entre os militares – além de muitos outros, com maior ou menor responsabilidade

nessa difícil conjuntura. Mas é para Melo Antunes que o autor reserva os maiores encómios, fazendo ressaltar o seu carácter, a visão clara que desde o início teve da globalidade do problema e as suas qualidades de cultura e inteligência, próprias de um Homem de Estado.

Acompanhando os últimos anos do século XX, a obra do general Pezarat Correia descreve – sempre de forma documentada – o sucessivo impacto mundial e regional do 25 de Abril, do desaparecimento da União Soviética, da eleição do presidente Clinton nos EUA e da libertação de Nelson Mandela na África do Sul. Entrelaçar todos estes marcos da política internacional com o conflito angolano que sucede à data da independência constitui uma elucidativa demonstração da maestria com que o autor discorre sobre o assunto. E fá-lo com uma descrição literariamente bem ritmada que favorece o interesse do leitor.

Na apreciação que os Portugueses foram fazendo da última etapa da descolonização, tem prevalecido a ideia de que uma História pejada de actos heróicos relacionados com a descoberta de Novos Mundos deveria, por força, terminar – se tivesse de terminar – de forma gloriosa. É pena que, na sua grande maioria, se não tenham dado ao cuidado de perceber que a gesta da descolonização, no seguimento de treze anos de guerra em três frentes distintas e em simultâneo com uma revolução na Metrópole, constituiu um feito de dimensões épicas que muito ilustra todos quantos se empenharam nessa gigantesca tarefa. Basta recordar o decurso da Guerra da Argélia e o processo de descolonização que se seguiu e fazer comparações.

Por fim, importa sublinhar o papel futuro da obra do general Pezarat Correia. Sobre as últimas campanhas ultramarinas já se encontram publicadas centenas de livros de todo o tipo: muitas memórias de ex-combatentes e de seus familiares, cartas, poesias, biografias e romances de inspiração histórica, os quais contribuem, cada um à sua maneira, para o registo de uma memória que faz parte do nosso património cultural. Em menor quantidade, mas com alguma qualidade, também têm sido publicados trabalhos de História que já garantem uma base muito válida para o conhecimento global dos derradeiros anos da nossa terceira vaga imperial, depois das décadas do Oriente e da colonização do Brasil. Todavia, o período final da gesta ultramarina foi tão doloroso e tão apaixonadamente vivido que o nosso panorama literário se encontra profundamente marcado pelas sentidas mágoas que produziram, retirando a muitas publicações o rigor de que a História necessita para se não deturpar. A obra hoje apresentada, marcada pelo inigualável conhecimento do autor e pela riqueza documental que lhe inseriu, constitui uma notável referência para novos trabalhos sobre o tema do encerramento do Império. Apraz-me muito poder dar dessa realidade um público testemunho, embora tendo a consciência de que o valor desse testemunho fica bem aquém do merecimento do autor.

Porto, Quartel de Santo Ovídio, 16/03/2018

David Martelo